



**PROJETO DE LEI Nº 16 / 2024**

**“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA  
(BRIGADA MARIA DA PENHA) NO  
MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA E DÁ  
PROVIDÊNCIAS.”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBAÚBA, ESTADO DE PERNAMBUCO** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei orgânica do Município, submete a análise da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** - Fica criada, no âmbito do município do Timbaúba, a "Brigada Maria da Penha", órgão vinculado à Guarda Civil Municipal da Secretaria defesa Social, que integrará a rede municipal de atendimento à mulher vítima de violência e será regida pelas diretrizes dispostas nesta Lei e na Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

**Parágrafo único** - A "Brigada Maria da Penha" atuará de forma educativa em parceria com a Secretaria de Educação de Timbaúba e a Rede Municipal de Atendimento a Mulher Vítima de Violência (Coordenadoria da Mulher de Timbaúba, Delegacia de Polícia Civil e Promotoria de Justiça), bem como no patrulhamento preventivo que visa garantir a efetividade da Lei Maria da Penha, integrando ações e compromissos pactuados no Termo de Adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e estabelecendo relação direta com a comunidade, assegurando o acompanhamento e atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar de forma integrada com a Polícia Civil de Pernambuco.

**Art. 2º** - As diretrizes de atuação da "Brigada Maria da Penha" são:

- I - Instrumentalização da Guarda Municipal no campo de atuação da Lei Maria da Penha;
- II - Capacitação dos integrantes da Guarda Civil Municipal que participarem da "Brigada Maria da Penha" e dos demais agentes públicos envolvidos, para o correto e atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, familiar e sexista, visando ao atendimento humanizado e qualificado;
- III - Qualificação do Município no controle, acompanhamento e monitoramento dos casos de violência contra a Mulher, de modo a reduzir a incidência desse tipo de ocorrência;
- IV - Garantia do atendimento humanizado e inclusivo à mulher em situação de violência, bem como o seu encaminhamento aos serviços da rede de atendimento especializado,



quando necessário, observado o respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação e da não revitimização;

V - Integração dos serviços oferecidos às mulheres em situação de violência;

VI - Corresponsabilidade entre os Entes Federados;

VII – Divulgação da Lei Maria da Penha e o crime de feminicídio no âmbito das comunidades escolares;

VIII - Propagação entre os estudantes e comunidade escolar sobre a importância do respeito aos Direitos Humanos e da igualdade de gênero;

IX - Conscientização dos alunos sobre a necessidade de realizar denúncias dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

**Parágrafo único.** A "Brigada Maria da Penha" atuará na proteção, na prevenção, no monitoramento e no acompanhamento das mulheres vítimas de violência familiar que possuam medidas protetivas de urgência, integrando as ações realizadas pelas redes de atendimento à mulher em situação de violência mantidas pelo Poder Público;

**Art. 3º** - A coordenação da "Brigada Maria da Penha" será compartilhada entre a Secretaria de Defesa Social, a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Educação, observada a seguinte divisão de competências:

I - As ações, a forma de atendimento e a organização interna da "Brigada Maria da Penha" serão fixadas mediante a instituição de protocolos de atendimento, definição de normas técnicas e padronização de fluxos elaborados pela Secretaria de Assistência Social com o auxílio da Coordenadoria da Mulher;

II - As operações táticas e a formação referente à capacitação dos agentes de segurança municipal serão ordenadas pela Secretaria de Defesa Social;

III - O planejamento das ações referentes ao art. 2º, VII a IX, desta Lei, deverá ser elaborado pela Secretaria de Educação.

**Parágrafo único.** No protocolo de atendimento mencionado no inciso I, deste artigo, será incluída avaliação integral da condição doméstica com olhar para a existência ou não de maus tratos.

**Art. 4º** - São atribuições da "Brigada Maria da Penha":

I - Apoiar e acompanhar a equipe técnica da Secretaria de Assistência Social na realização de suas atividades internas e externas (oitivas nas delegacias, audiências judiciais, visitas domiciliares, dentre outras) de atendimento às mulheres vítimas de violência;



II - Acompanhar os profissionais da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Educação em ações pedagógicas relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher e à disseminação do conteúdo da Lei Federal nº11.340/2006;

III - Elaborar relatórios mensais sobre suas atividades, remetendo cópias de tais documentos para a Secretaria de Defesa Social, a Secretaria de Assistência Social e o Prefeito;

IV - Realizar, a cada três meses, estudos e diagnóstico para o acúmulo de informações destinadas ao aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança que busquem a prevenção e o combate à violência contra as mulheres;

V - Encaminhar as mulheres vítimas de violência para os serviços da Rede de Atendimento;

VI - Identificar e selecionar casos a serem atendidos pela 'Brigada Maria da Penha', com visitas domiciliares periódicas;

VII - Verificar o cumprimento de medidas protetivas aplicadas e adotar as medidas cabíveis no caso de seu descumprimento; e

VIII - outras atribuições que, compatíveis com o cargo de Guarda Civil Municipal, sejam necessárias à prestação de serviço público municipal de qualidade na área de atendimento à mulher vítima de violência.

**Parágrafo único.** O detalhamento das competências e atribuições da "Brigada Maria da Penha" será objeto de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Defesa Social e a Secretaria de Educação.

**Art. 5º** - A "Brigada Maria da Penha" será formada por um efetivo de até 10% do efetivo total da Guardas Civil Municipais.

**§1º** Para coordenar as ações da "Brigada Maria da Penha" no que tange às atribuições previstas no art. 4º desta Lei, a Secretaria de Defesa Social deverá designar uma servidora ocupante do cargo de Guarda Civil Municipal ou do quadro de funcionário efetivo da Secretaria de Defesa Social.

**§2º** Além do previsto no parágrafo anterior, 50% (cinquenta por cento) das vagas da "Brigada Maria da Penha", no mínimo, serão, preferencialmente, preenchidas por mulheres.

**Art. 6º** - O Poder Executivo municipal, além da natural coordenação sobre seus próprios órgãos, poderá, visando garantir a plena execução das ações da "Brigada Maria da Penha",



# TIMBAÚBA

PREFEITURA DA CIDADE

articular ações e firmar convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e de outros municípios.

**Art. 7º** - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação

**Art. 8º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, restando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Timbaúba/PE, 13 de Agosto de 2024.

MARINALDO  
ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE

E:40806022434

Assinado de forma  
digital por MARINALDO  
ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:408060  
22434

Dados: 2024.08.13  
12:51:57 -03'00'

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
PREFEITO MUNICIPAL





## JUSTIFICATIVA

**Senhora Presidente,**

**Senhores Vereadores:**

Na forma da legislação em vigor, submeto à deliberação dessa colenda Casa Legislativa o Projeto de Lei que DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA BRIGADA MARIA DA PENHA.

A Lei Federal nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, ao criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, também, assegura o desenvolvimento de políticas que objetivam a garantia dos direitos humanos das mulheres, no âmbito de suas relações domésticas e familiares, no qual está disposto no bojo do artigo 3º, §1º, da referida Lei, vejamos:

*Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.*

*§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

Sabe-se que infelizmente acontecem, em nosso município, ocorrências que são objetos da Lei Maria da Penha (11.340/2006), desta feita, o Chefe do Executivo, vem, por meio desta, viabilizar e amparar as mulheres que se encontram em situação de violência, onde a Lei de Criação da Brigada Maria da Penha regulamentará a atuação na proteção, na prevenção, no monitoramento e no acompanhamento das vítimas que possuam medidas protetivas de urgência, dessa forma, integrando as ações realizadas pelas redes de atendimento mantidas pelo Poder Público.



**TIMBAÚBA**  
PREFEITURA DA CIDADE

Assim sendo, aproveitamos o ensejo para externar a Vossa Excelência nossos protestos de elevada estima e apreço. Atenciosamente,

MARINALDO  
ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40  
806022434

Assinado de forma digital por  
MARINALDO ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806022434  
Dados: 2024.08.13 12:52:07  
-03'00'

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
Prefeito Municipal



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

#### **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **CRIA A BRIGADA MARIA DA PENHA NO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA E DÁ PROVIDÊNCIAS.**

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Timbaúba, Estado de Pernambuco, ao analisar o Projeto de Lei nº 016/2024, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que versa sobre a matéria supra, apresenta manifestação nos seguintes termos:

O Projeto de Lei em questão cria a "Brigada Maria da Penha", órgão vinculado à Guarda Civil Municipal da Secretaria Defesa Social, sendo integrante da rede municipal de atendimento à mulher vítima de violência, regida Lei Federal nº 11.340/2006.

No desempenho de suas atribuições institucionais, esta Comissão examinou os aspectos formais do projeto em questão, verificando sua redação, técnica legislativa, e conformidade com as normas e princípios constitucionais. Constatou-se que o projeto está devidamente instruído e fundamentado, atendendo aos requisitos formais exigidos para sua tramitação.

De pronto, menciona-se que inexistente vício formal quanto à iniciativa, posto que o art. 61, II, 'b', da Constituição Federal estabelece que é de iniciativa privativa do Presidente da República projeto de lei que disponha sobre organização administrativa.

De modo semelhante, a Constituição do Estado de Pernambuco estabelece que é da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado, de órgãos e de entidades da administração pública. (art. 19. inc. VI)

Também não se vislumbra qualquer vício de natureza material, uma vez que o art. 144 da Constituição Federal dispõe que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Neste ponto, cumpre mencionar que o Supremo Tribunal Federal possui entendimento consolidado de que as Guardas Municipais executam atividade de segurança pública,

Essencial ao atendimento de necessidades inadiáveis da comunidade. O reconhecimento dessa posição institucional das Guardas Municipais possibilitou ao Parlamento, com base no § 7º do artigo 144 da Constituição Federal, editar a Lei nº 13.675, de 11/6/2018, na qual

Assim, denota-se que também compete ao Município implementar medidas no setor de segurança pública.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

Por fim, mencione-se que a adoção de políticas públicas municipais de combate a violência permite uma abordagem mais condizente com os desafios locais, posto que adapta as estratégias e recursos às necessidades específicas da comunidade, garantindo, assim, uma resposta mais rápida e adequada às situações de violência. Além disso, a atuação local fortalece a colaboração entre diferentes setores da sociedade, possibilitando a criação de uma rede de proteção mais robusta e integrada que pode efetivamente prevenir e enfrentar a violência de gênero.

Diante do exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Timbaúba manifesta parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 016/2024 considerando sua regularidade formal, a competência exclusiva do Poder Executivo para dispor sobre a matéria.

Em consonância com a presente exposição, opinamos pela viabilidade da continuidade de tramitação do Projeto de Lei nº 016/2024, uma vez que inexistente óbice legal ou constitucional à sua apreciação pelo Plenário.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 20 de agosto de 2024.

  
**Ver. Marcos Antônio Ferreira**

  
**Ver. Felipe Gomes Ferreira Lima**

  
**Ver. José Bernardo de Farias**